

O BRASIL E A CRÍTICA AO URBANISMO MODERNO

KARINA MOREIRA DIAS¹;
CÉLIA HELENA CASTRO GONSALES²

¹Universidade Federal de Pelotas – karina.moreira.dias@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – celia.gonsales@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Movimento Moderno na arquitetura surgiu com o propósito de planejar de forma mais eficiente as cidades e as habitações. Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) foram responsáveis por ajudar a impulsionar o modernismo na arquitetura. Na quarta edição do congresso, a Carta de Atenas foi elaborada, fornecendo instruções para a organização das cidades a partir das quatro funções básicas: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito, circular. Segundo Benevolo (2005), os arquitetos propõem uma análise rigorosa, que distingue suas partes componentes, isto é, as várias funções sobrepostas na vida da cidade.

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa que avalia a produção da habitação social no contexto ibero-americano na segunda metade do século XX. Nesse período, começaram a surgir questionamentos em relação aos preceitos do Movimento Moderno, especialmente no que diz respeito às cidades. A partir dos anos 1950, começaram a surgir propostas na Europa, Estados Unidos e alguns países da América Latina relacionadas à habitação social, oferecendo alternativas ao espaço público, o qual se contrapõe ao espaço moderno homogêneo – baseado no conceito de linearidade e em tipos básicos de moradia urbana (FRAMPTON, 1997). Surgiram conceitos como identidade, apropriação, lugar e participação como elementos importantes na discussão urbanística.

No Brasil, os princípios do Movimento Moderno, especialmente no Urbanismo Moderno, tiveram uma influência marcante e duradoura, dominando o cenário até meados dos anos 80, especialmente em projetos financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). Diante desse contexto, o propósito deste estudo é verificar até que ponto essa situação se concretizava e se, de forma crescente, se manifestava uma perspectiva crítica em relação ao Urbanismo Moderno.

2. METODOLOGIA

Considerando que as revistas de arquitetura do período são retrato das ideias e apresentam os projetos do momento, essa pesquisa visou analisar as publicações entre os anos de 1980 a 2000. As revistas Módulo, AU e Projeto foram selecionadas como fontes primárias do estudo, sendo as revistas mais conhecidas no âmbito da arquitetura, com acesso ofertado pela Biblioteca de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas e por meio digitais.

Foram revisados todos os números das revistas Módulo (n.57, 1980 a n.97, 1997) e Projeto (n.1, 1977 a n.128, 1989) no período em estudo – a revista AU ficou para a próxima etapa – destacando em fichas de leitura os temas relacionados à habitação social e à cidade, buscando uma compreensão sobre como essas questões foram tratadas durante o período estudado. A partir dessas fichas e da identificação de algumas propostas que refletiam a crítica mencionada acima, foram destacados alguns projetos para estudo mais aprofundado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura atenta aos periódicos da época em estudo, indicou que a grande maioria dos projetos e o pensamento sobre a cidade, segue grande parte dos ideais do urbanismo moderno, pelo menos até final da década de 80.

É possível perceber durante as pesquisas, a pouca presença de arquitetos mais renomados em projetos desenvolvidos pelo BNH. Por outro lado, estes estão presentes sim na crítica tanto à qualidade das habitações em termos principalmente das dimensões, quanto de sua localização e da falta de envolvimento da comunidade nas construções. As justificativas para essa crítica são apresentadas em geral deste modo: Declaração Universal dos Direitos Humanos - “todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação” (ALMEIDA, n. 68, p. 54, 1992).

Todavia, algumas propostas começam a mostrar uma preocupação com as novas ideias de cidade, pensando na questão da identidade, construção de lugares, entre outros. Essa postura nos anos 80 aparece nos concursos do Prêmio Brasilit de Arquitetura, direcionado a arquitetos filiados ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). No II Prêmio, realizado em 1981, com o tema da habitação social, os projetos apresentaram uma clara preocupação com a forma que a habitação social vinha sendo tratada nesse momento, tendo como proposta uma solução para as casas populares, contando com uma unidade residencial de interesse social e planejada com condições urbanas mais qualificadas.

Dessa forma, a pesquisa se aprofundou no estudo do projeto vencedor do II Prêmio Brasilit de Arquitetura, tendo como equipe os arquitetos Décio Tozzi, Anna Regina di Perna e Hidely Codignoli. Segundo um dos arquitetos, o projeto foi pensado da seguinte maneira: “Procuramos rejeitar o caráter utilitarista que são construídos em nosso país, os conjuntos habitacionais destinados às populações menos favorecidas. Procuramos uma solução que resolvesse adequadamente a casa e propusesse os espaços abertos e equipados, próprios ao convívio coletivo, recuperando assim, para esses conjuntos a escala de vizinhança indispensável (...)” (TOZZI; CODIGNOLI e DI PERNA, n. 68, p. 54, 1992).

O projeto se compõe em uma grande quadra com um conjunto de 32 unidades, praças, quadra esportiva, parques infantis, centro comunitário, creche, vestiários e o grêmio, formando o módulo urbano (Figura 1a). Além disso, o acesso das vias dentro do conjunto é exclusivo para os pedestres, os estacionamentos ficam localizados apenas em duas laterais e na área esportiva (Figura 1b).

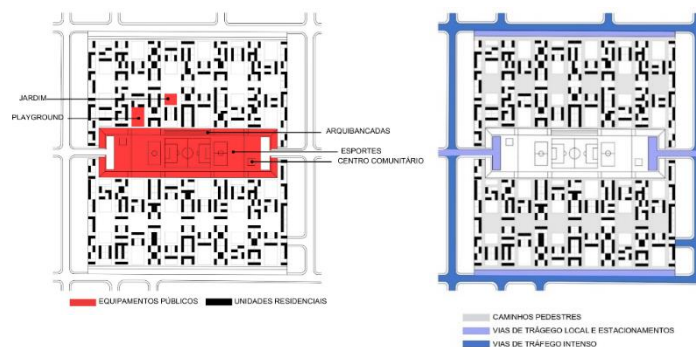


Figura 1: a) Projeto urbano geral: domínio público e privado;
b) Projeto urbano geral: hierarquia viária

Fonte: Redesenho das autoras.

As residências desenvolvidas foram pensadas com possibilidade de crescimento e são organizadas em eixos ortogonais, com unidade de 100m², com paredes de calafinação branca, portas e janelas de venezianas pintadas com cores diversas, conformando pequenas praças e um espaço central de equipamento público (Figura 2). Essa conformação urbana permite criar uma gradação de espaços, que vão do mais privado ao mais pública que potencializa uma apropriação mais efetiva dos espaços coletivos pelos residentes.



Figura 2: Projeto urbano geral: gradientes de espaços públicos e privados
Fonte: Redesenho das autoras.

Os módulos permitem a construção em etapas, permitindo que o usuário aumente conforme as necessidades. Sendo assim, é possível obter uma residência que pode ser ampliada mantendo o pátio privado (Figura 3) e com acesso para as praças ao redor das unidades habitacionais (Figura 4a). A ideia desse projeto é trazer segurança, conforto e espaços de lazer (Figura 4b e 4c).



Figura 3: Módulo com variações de ampliação
Fonte: Redesenho das autoras.



Figura 4: a) Acesso direto da área verde privada para a semiprivada; b) Praça com mobiliários urbanos; c) Vista geral da praça com os módulos

Fonte: Redesenho das autoras.

4. CONCLUSÕES

Estudos anteriores no âmbito da pesquisa sobre habitação na segunda metade do século XX, antes mencionada, apontavam para o fato de que, ainda em vários países da América Latina, houvesse uma crítica precoce ao dogmatismo do Urbanismo Moderno, no Brasil isso vai se dar muito mais tarde. No entanto, não se havia realizado um estudo sistemático dessa questão no território brasileiro. A esse respeito, este trabalho aponta uma importante contribuição ao preencher essa lacuna.

A pesquisa detalhada nos principais meios de divulgação de arquitetura da época de estudo confirmou, mas agora de maneira objetiva, o que já se supunha. No entanto, também mostrou que dentro do longo e persistente cenário modernista brasileiro, houve manifestações, representados em projetos de habitação – unidades e espaços urbanos – ainda que em pequeno número, que traziam para terras brasileiras uma proposta de habitat que buscava uma apropriação mais efetiva dos espaços coletivos por parte do morador da cidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.C. Habitação Popular – Um diálogo entre os arquitetos e o BNH. **Revista Módulo**, Rio de Janeiro, nº68, p. 54-61, 1981.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1997.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Acervo Digital. BN Digital. Acessado em 22 nov. 2022. Online. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/Modulo-Brasil-Arquitetura/006173>

REVISTA MÓDULO. Revista de Arquitetura e Artes Plásticas. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1955-1987. ISSN 0103-2291.

REVISTA PROJETO. Revista Brasileira de Arquitetura, Planejamento, Desenho Industrial, Construção. São Paulo: Arco Editorial, 1977-2023. ISSN 0101-1766.

TOZZI, D.; CODIGNOLI, H.; DI PERNA, A.R.; Habitação Popular – Um diálogo entre os arquitetos e o BNH. **Revista Módulo**, Rio de Janeiro, nº68, p. 54-61, 1981.

UFMG. Acervo revistas. MOM, Belo Horizonte. Acessado em 22 nov. 2022. Online. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/acervo_revistas/#revistas7